A DÍVIDA DOS FARAÓS

ALGUNS supostos amigos do movimento negro parecem empenhados em transformar a luta anti-racista numa cruzada contra a inteligência. As novas bandeiras que, importadas dos EUA, se exibem nas manifestações da negritude parecem desenhadas de propósito pelos racistas brancos para expor ao ridículo o povo negro e desmoralizar um movimento cuja inspiração primeira é, no fundo, nada mais que uma exigência elementar de justiça.

A exigência de *reparações* é o exemplo mais visível. Movidos pela oratória de intelectuais esquizofrênicos, os negros agora exigem uma indenização dos bisnetos de seus antigos senhores, mas ao mesmo tempo gabam-se de ser descendentes dos faraós, que escravizaram dezenas de povos durante quinze séculos. Não vejo como poderão escapar da pergunta: — Por que vocês não pagam primeiro o que devem aos judeus?

Em segundo lugar, a escravidão não foi introduzida na África pelos brancos europeus, mas, muito antes da chegada deles, pelos muçulmanos, entre os quais, por ironia, era grande o número de negros e mulatos[1]; e, antes ainda do domínio muçulmano, escravizar as tribos vencidas já era costume generalizado entre vários povos africanos, que mais tarde vieram a vender os prisioneiros a árabes e portugueses. É curioso, portanto, que a exigência de reparações seja jogada seletivamente em cima dos brancos europeus. Mais curioso ainda é que essa exigência venha predominantemente de negros islamizados, esquecidos de que não só os muçulmanos já praticavam a escravidão negra antes dos europeus, mas de que muitos países islâmicos continuaram a praticá-la até o século XX.

Mas a teoria das reparações sugere ainda uma outra pergunta mais incômoda: quanto de sangue negro será preciso ter para ser admitido na fila do caixa? O mulato — cinqüenta por cento negro, cinqüenta por cento branco — paga ou recebe? O filho de mulato com branca, ou de branco e mulata — 25 por cento negro, 75 por cento branco — é três quartos devedor e um quarto credor? Ou cada qual poderá passar de devedor a credor por decisão de arbítrio próprio, bastando "assumir a negritude" para que se opere esse milagre? Fazer justiça, nesse caso, é quase impossível, sobretudo num país que durante os cinqüenta anos do Segundo Império foi governado por uma elite mulata, cujos descendentes até hoje ocupam os primeiros lugares na administração pública e no panteão dos notáveis. Uma vez erigida em lei a teoria das reparações, até o presidente da República [= FHC, na época da publicação do

1 Fato de enorme importância histórica e simbólica, o primeiro ouvinte convertido pela pregação de Mohammed foi um negro, o escravo núbio Bilal; o qual, supliciado logo em seguida pelos adeptos da religião tribal antiga, se tornou o primeiro mártir do Islam.

texto] e o Dr. Roberto Marinho entrariam na fila dos recebedores, se o que se diz sobre suas origens raciais é exato. E os pais brancos de filhos mulatos — inclusive eu mesmo, para quem não sabe — teriam de pagar tudo de novo sob a forma de imposto, após terem sustentado, vestido e paparicado os safadinhos até à maioridade? Nunca vi coisa mais doida.

Na medida em que adere servilmente e sem exame crítico a certas modas, o movimento negro arrisca tornar-se, além disso, um instrumento a serviço do imperialismo cultural norte-americano:

(a) Se a importação de palavras é um processo normal de desenvolvimento de uma língua, a importação de conotações estrangeiras para palavras locais é sinal daquela sujeição psicológica que favorece a escravização cultural. Em inglês, *nigger* é pejorativo, só usado por brancos, e os negros por isto exigem a qualificação *black*. Nada mais justo. Pretender introduzir a mesma relação semântica entre "preto" e "negro" é francamente artificioso. Num país onde se denominou uma Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, onde "pretinha" e "pretinho" são formas de tratamento afetuoso entre namorados, onde por outro lado os senhores de engenho cuspiam desprezo na "negralhada" e diziam que "negro que não caga na entrada caga na saída", pretender que *negro* seja adjetivo mais nobilitante do que *preto* é impor à nossa semântica usual uma prótese deformante moldada no padrão de uma língua estrangeira, e sem nenhuma equivalência etimológica ou funcional. A única diferença semântica que há, no português do Brasil, entre "preto" e "negro" é que a primeira dessas palavras é de uso mais popular, e a segunda é mais literária, ou, conforme o contexto, um pouco mais pedante — uma relação profundamente diversa daquela que há em inglês entre *nigger* e *black*. Torcer a semântica brasileira para adaptá-la ao ouvido norte-americano é pura macaquice, é colonialismo cultural descarado. Se popular é o mesmo que pejorativo, os homossexuais deveriam exigir a troca imediata da gíria *gay* pelo termo culto "uranista", ou mesmo, talvez mais elegantemente, "pederasta".

(b) O uso brasileiro distinguiu sempre o branco, o negro, o mulato, o pardo. Somos um país de mestiços, onde a identidade racial se dissolve numa névoa de ambigüidades — de que dá testemunho a profusão de sinônimos de "mulato" que há em nossa língua —, e só dizemos que um sujeito é *preto* quando é de raça pura. Já os racistas norte-americanos, rejeitando com nojo a mestiçagem, catalogam como *black* ou *nigger* quem quer que tenha uma gota de sangue negro, mesmo sob pele clara. Exigir que mestiços — mulatos e pardos de todos os matizes — "assumam a negritude" é querer que vistam a falsa identidade de raça pura que numa nação racista lhes foi impingida pelos brancos.

Novamente, é colonialismo cultural. Em matéria de raça, é tão absurdo o mulato "assumir-se como negro" quanto declarar-se branco. Para piorar, a maioria dos mestiços aqui tem umas gotas de sangue índio, e assumir a negritude é nestes casos uma falsidade se, no mesmo ato, não se assume também a *indiitude*. A negritude, como se vê, não está na cor da pele, mas na cor ideológica; e, na turva atmosfera da retórica ideológica, todos os gatos são pardos. Pardos? Mil perdões. São *black*.

Mas é no tópico da religião que as reivindicações do movi mento black chegam ao cúmulo do absurdo. Por que um branco deve tomar os cultos africanos como elevadas expressões da cultura negra, se a maioria dos negros que há no mundo se converteram ao Islam e hoje abominam esses cultos como idolatria politeísta? Um *sheikh* negro, pregando numa mesquita de Adis-Abeba ou de Nova York, lhes dirá que o culto *afro* é a desgraça da raça negra, um resíduo de tribalismo que deve ser sepultado no esquecimento como os árabes sepultaram os seus cultos pré-islâmicos. Aliás não é preciso ir tão longe. A toda hora vejo na TV pastores evangélicos negros e mulatos dizendo que umbanda e candomblé são religiões do capeta e apontando esses cultos como causas do milenário azar da raça negra. Alguns apelam a um temível argumento weberiano: *É imaginável um país rico, próspero e culto governado por praticantes de vodu? A economia da Suíça com a religião do Haiti?*

Em segundo lugar, os negros já deveriam ter notado que, entre os intelectuais brancos amigos do candomblé, a maioria, significativamente, é composta de ateus, como o prof. Darcy Ribeiro, que como tais não crêem em demônios tanto quanto não crêem em Deus, e não podem ver essas manifestações religiosas senão pela sua epiderme estética, pelo seu valor museológico ou pela sua utilidade política (já na década de 30 o Comintern instruía os militantes comunistas para que se aproximassem dos movimentos de minorias raciais e neles infiltrassem o discurso da luta de classes — programa que entre nós foi cumprido à risca pelo Dr. Florestan Fernandes, nisto consistindo o essencial de sua contribuição científica). Em suma, ser amigo da "cultura negra" não é o mesmo que ser amigo *dos negros*: é ser mais amigo de uma idéia abstrata que dos negros de carne e osso aos quais ela faz muito mal. Por outro lado, é nada mais que justo que enfim se reconheça o Brasil como um país racialmente mulato ou mesmo negro (eu mesmo contribuí para essa finalidade). Mas, se isso implicar a aceitação do primado da *cultura afro* sobre a européia, judaica e cristã na educação nacional — ou mesmo o seu nivelamento com elas — , então só restará aos brancos, negros e mulatos inteligentes caírem fora antes que o novo Estado os obrigue a seguir, em vez do Papa, um Papa Doc. Os intelectuais de elite — brancos, negros ou mestiços — são culpados de cultivar no povo negro, por oportunismo ou perversidade, ilusões quase demenciais quanto ao valor da cultura *afro*. A contribuição básica dos

negros ao Brasil foi dada através do trabalho escravo, que construiu a riqueza da Colônia e do Império: foi uma contribuição material, não cultural. E os elementos de cultura africana que se introduziram na nossa mentalidade, se são um fato histórico e antropológico inegável, têm um valor, para dizer o mínimo, duvidoso. Pois se os negros africanos são de fato, como proclamam, descendentes da classe dominante egípcia, então ao terem seus primeiros contatos com o dominador muçulmano ou europeu já eram um povo decadente, enfraquecido, reduzido das antigas glórias imperiais à dispersão tribal e à impotência de uma vida diminuída: que grande contribuição cultural podiam dar ao dominadores muçulmanos ou cristãos, que então iam alcançando o máximo esplendor de suas respectivas civilizações? O fato de nos repugnar a espoliação escravagista que foi a origem da riqueza nacional não deve nos levar a tentar oferecer por ela uma compensação enganadora sob a forma de lisonjas demagógicas — isto resulta apenas em substituir, ao abuso econômico, o ludíbrio psicológico. Alguém tem de dizer aos negros a verdade: a verdade é que todos os ritos yorubas não valem uma página de Jalal-ed-Din Rûmi e a história inteira do samba não vale três compassos de Bach. A verdade é que a contribuição cultural das religiões africanas ao mundo é perfeitamente dispensável, tão dispensável que mais de metade dos negros que há no mundo vive perfeitamente bem sem ela e jamais trocaria a língua árabe por um dialeto yoruba ou a ciência européia pelas receitas de macumba do Sr. Verger. A verdade, amigos negros, é que vocês perderam a corrida da história — pagando talvez pelas maldades cometidas na época do esplendor faraônico —, se dispersaram e se enfraqueceram, e acabaram sendo escravizados e vendidos aos portugueses pelos mesmos semitas — pois árabes são semitas — em cujo lombo desceram o chicote sem dó no tempo da construção das pirâmides. Não existe povo bom: e vocês, se foram escravos por três séculos após terem sido senhores de escravos por mais de um milênio, devem agradecer a Deus pela clemência do seu destino. Perto dos judeus, escravizados por egípcios e babilônios, explorados por muçulmanos, expulsos daqui para lá pelos cristãos e finalmente dizimados pelos nazistas, vocês são uns sortudos. E olhem bem: em cada nação por onde passaram, os judeus deixaram, em troca dos sofrimentos obtidos, um legado cultural infinitamente mais precioso do que o carnaval, o samba e outras bossas...

Em terceiro, a idéia mesma de "religiões negras" é uma contradição intrínseca. Se qualquer um, branco, índio ou nipônico, pode converter-se às religiões africanas mediante um simples rito de ingresso, então fatalmente a expansão dessas religiões — se vier a acontecer, o que é improvável — fará com que logo percam qualquer vínculo com uma raça em particular e se tornem religiões mundiais como o cristianismo ou o Islam. No Brasil, que é de fato o único país do mundo onde as religiões africanas se expandem, a maior parte dos seus seguidores já não é constituída de negros e sim de

mestiços, e a maior celebridade religiosa que os representa é um branco francês: Pierre Verger[2]. Supor que a expansão mundial da religião africana representará uma tardia revanche do povo africano sobre seus velhos dominadores brancos é tão ingênuo quanto o seria, dois milênios atrás, imaginar que a expansão do Cristianismo daria aos judeus a vitória sobre os romanos. A expansão, se acontecer, acarretará necessariamente uma desafricanização e romperá os vínculos entre e a religião e sua cultura de origem, tanto quanto ocorreu ao cristianismo. Se, ao contrário, esses cultos timbrarem em conservar a pureza racial de seus fiéis, incorrerão por sua vez no delito de discriminação racial e serão condenados por toda parte[3].

2 A propósito do sr. Verger, é preciso lembrar que a ambigüidade do seu personagem vai além do simples fato de ser um branco a suprema autoridade da religião negra: o sr. Verger é um ser bifronte, misto de antropólogo e pai-de-santo — uma posição que lhe permite mudar a clave de seu discurso conforme as demandas do momento, ora falando do culto africano com a liberdade de um espectador científico livre e descomprometido, ora com a autoridade de um porta-voz oficial. Essa duplicidade de papéis por sua vez permite que ele desfrute do prestígio da autoridade religiosa sem ter de arcar com a concomitante responsabilidade. Os hierarcas das demais religiões, se recebem a veneração e obediência de seus fiéis, por outro lado têm de responder, perante a sociedade, pelos pontos de sua doutrina que pareçam duvidosos ou extravagantes aos olhos dos não-crentes. Um rabino não se furtará a arcar com o ônus de representar perante os *goyim* e defender valentemente o exclusivismo nacional que é um dos princípios de sua religião e um motivo de irritação para os não-judeus. Um *imám* mussulmano não se furtará a fazer de sua pessoa um escudo contra as críticas que os cristãos, judeus ou ateus tenham a fazer contra a poligamia ou contra a obrigação feminina de usar véus. Um padre católico apostará sua honra e sua vida na defesa de uma moral sexual que os adversários da Igreja acusam de repressiva e prejudicial à saúde. Nenhum desses sacerdotesestá em posição de furtar-se às cobranças que os de fora possam fazer à sua religião. É precisamente essa a posição que o sr. Verger ocupa na sociedade brasileira. Ele é ouvido como um representante autorizado de sua religião, mas, cobrado por alguma absurdidade ou feiúra que os outros enxerguem nela, pode sempre se furtar a uma resposta abrigando- se por trás de seu papel de observador científico, que permanece estranho ao seu objeto de estudo mesmo quando identificado a ele até a medula. Assim, por exemplo, no seu recente livro *Ewé. O Uso das Plantas na Sociedade Yoruba* (Salvador, Odebrecht, 1995), ele nos dá várias receitas de mandingas usadas no candomblé *para matar pessoas*, sem que a ninguém ocorra acusá-lo de pregar uma religião homicida — pois afinal ele está falando como observador científico e não como porta-voz responsável pela crença que prega. É um privilégio que nenhuma autoridade religiosa deste mundo pode invocar.

É claro que essa ambigüidade, embora cômoda e oportuna, não se deve a nenhuma premeditação maquiavélica urdida pelo sr. Verger, cuja honestidade pessoal creio estar acima de qualquer suspeita, mas sim uma conjunção de circunstâncias que fazem da própria cultura afro no Brasil um cadinho de todas as ambigüidades, uma soldagem de todas as indefinições.

Para piorar as coisas, a nenhuma autoridade religiosa deste mundo é moralmente permitido ensinar a prática de ritos sem que esteja persuadida da eficácia desses ritos. Um rabino não submeterá meninos ao *bar-mitzvah*, ou um padre os submeterá ao batismo, dizendo-lhes ao mesmo tempo que se trata provavelmente de ritos inócuos, sem eficácia neste mundo ou no outro. Mas o caráter peculiar de sua religião e a posição ainda mais peculiar que dentro dela ocupa permitem que o sr. Verger ensine os ritos homicidas ao mesmo tempo que deixa numa conveniente ambigüidade as questões que uma consciência religiosa sã jamais deixaria de buscar esclarecer: *Esses ritos funcionam ou não? São praticados ou não?* Pois, se declaradamente não funcionam, sua religião é uma farsa. Se funcionam, é intrinsecamente homicida. Se funcionam e são correntemente praticados, já não se trata somente de uma doutrina homicida, mas de um *costume homicida* generalizado e legitimado pela religião. Convenhamos que são questões incômodas. Mas por que conceder ao sr. Verger o privilégio de permanecer na indefinição ante essas perguntas, quando as demais autoridades religiosas são constan- temente cobradas até mesmo por violências indevidas e sem relação com o dogma — ou mesmo contrárias a ele — que seus correligionários tenham cometido no passado?

Um país onde um livro como o do sr. Verger faz sucesso entre os intelectuais e é comentado em todos os jornais sem que ninguém se lembre de discutir esses pontos é realmente um país que cultiva a inconsciência num canteiro de meias-palavras.

3 Alguns demagosos e intelectuais de miolo mole acreditam que se deve conceder aos negros o direito a uma espécie de discriminação compensatória — um tipo de discriminação que, por artes lógicas misteriosas, fica isento da pecha de racista. As pessoas que pensam assim aplaudem o ministro Edson Arantes do Nascimento quando ele proclama que

Na verdade, o apelo à religião africana como arma de combate anticolonialista foi um simples expediente retórico, de efeito bem modesto quando comparado à força anticolonial do discurso islâmico, transnacional e transracial[4]. Porque é óbvio que uma cultura expansionista só pode ser enfrentada em pé de igualdade por outra cultura expansionista: os cultos locais, nacionais e raciais são fatalmente esmagados sob as rodas do carro da História, exceto quando se tornam expansionistas também e dizem adeus às raízes, como o Islam disse adeus ao passado árabe para se tornar, hoje, uma religião de negros e polinésios[5].

"negro só deve votar em negro" — um princípio seletivo que na verdade é *duplamente* racista: primeiro, por selecionar os candidatos pela cor; segundo, por ser um princípio privilegiado, que só os negros têm o direito de alegar e praticar; pois se o branco recusar o voto sistematicamente aos candidatos negros, ou o judeu aos candidatos não-judeus, será imediatamente acusado de racismo. De modo que o mesmo procedimento discriminatório é racismo em uns e não é em outros, o que prova que alguns são mais iguais que os outros.

4 O dominador português já percebeu isso no tempo do Brasil-Colônia. Na Bahia os negros malês, de religião mussulmana, constituíam uma comunidade culta e forte — mais culta que a classe dominante e ameaçando tornar-se tão forte quanto ela. Sua unidade atemorizava os portugueses, que por isto incentivavam os escravos a permanecer fiéis a seus cultos de origem, para que não se islamizassem. Na revolta em que os malês chegaram a dominar a capital baiana, os seguidores do culto *afro* foram um braço armado que os lusitanos usaram para liquidar os revoltosos. Mas até hoje os nossos teóricos do movimento negro não tiraram disto as conclusões mais óbvias.

5 Os árabes representam hoje não mais de 8 % da população mussulmana.